

Dívida externa

Governo não vai negociar agora

BRASÍLIA — O governo Collor não vai tratar da dívida externa brasileira antes do final de abril. Foi isso que representantes de bancos credores estrangeiros ouviram, ontem, da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, segundo seu assessor de imprensa, Marcos Caramuru. Este é o prazo que o governo determinou para avaliação dos resultados do Plano Collor.

A ministra recebeu ontem, pela primeira vez numa visita oficial, os representantes dos bancos Manufacturers Hanover Trust Corporation, Salomon Brothers — uma distribuidora de valores que funciona como intermediária no levantamento de empréstimos internacionais — e o Bank of America. Todos queriam saber quais as intenções de

Zélia na sua primeira visita ao Exterior como ministra. No final da semana, ela estará em Montréal, no Canadá, e Washington, nos Estados Unidos. Enquanto os visitantes pressionavam a ministra para tentar descobrir em que bases será negociada a dívida, Zélia se limitou a afirmar que o governo não pretende iniciar qualquer negociação até que o plano comece a dar resultados.

O vice-presidente da Salomon Brothers, Allaistair Tedford, informou à ministra que o País deve se habilitar, a médio prazo, a voltar ao mercado internacional de crédito. Isso só depende das negociações. O País deixou de pagar, desde julho de 1989, US\$ 5 bilhões de juros aos credores internacionais e o go-

verno Collor suspendeu, também, o pagamento dos US\$ 980 milhões que haviam sido negociados com o Clube de Paris.

Segundo Marcos Caramuru, a comissão para negociação da dívida brasileira ainda não foi nomeada pelo presidente Fernando Collor. O governo está mais preocupado em verificar a eficiência do plano econômico e sua capacidade de produzir recursos do que tratar dos compromissos internacionais imediatamente. Caramuru disse que a viagem de Zélia é importante, entretanto, para esclarecer ponto por ponto os detalhes do plano econômico adotado, já que, até agora, o que chegou ao Exterior foi apenas através da imprensa e não de um representante credenciado do governo.